

continuação

um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. j) **IRPJ e CSLL - diferido:** A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. k) **Benefícios a empregados:** Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante de pagamento esperado caso a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) **Arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. i) Como arrendatária: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor (abaixo de US\$5) e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com prazo igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não tenham opção de compra, como por exemplo, equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa. m) **Redução ao valor recuperável (Impairment) :** Ativos financeiros: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre contas a receber de clientes e são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro "possui problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem que a mesma recorra a ações de recuperação do crédito, tais como execução da garantia (caso seja aplicável), ou o bloqueio de ativos do devedor, ou outras ações de cobranças estabelecidas; ou • A Companhia avalia periodicamente se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer tal avaliação, a Companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os impostos diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Uma perda por impairment é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Para fins de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidade Geradora de Caixa (UGC). A Companhia não identificou nenhum indicativo que leve à necessidade de ajuste a redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024. n) **Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando é praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para demandas judiciais e administrativas: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que um desembolso de caixa futuro seja requerido e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidên-

cias disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. o) **Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se refere a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. **7. Pronúncias novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade que especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a IAPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial que contempla a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Financeiras Separadas. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **8. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. a) **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras. b) **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras para identificar se é elegível para aplicação do IFRS 19. c) **Alterações à IFRS 09 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 09 e IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação; • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados; • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados; • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. d) **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronúncia-

mentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. e) **Alterações à IFRS 09 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos; • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos; • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **9. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2025	2024
Caixa e bancos	944	740
Aplicações financeiras	4.061	9.427
	5.005	10.167

 Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Estão representados por aplicações financeiras realizadas automaticamente pelos bancos, são de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, as quais estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas à variação de aproximadamente 40% a.a. a 100% do DI a.a., dependendo do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados. (Em 2024, 40% a 102% do DI a.a.). A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na Nota Explicativa nº 27. **10. Contas a receber de clientes:**

	2025	2024
Serviços faturados de clientes - terceiros	17.261	13.869
Serviços faturados de clientes	870	1.047
- partes relacionadas (ver Nota 16)	(163)	(327)
Provisão para perdas esperadas	17.968	14.589

 A classificação por idade de vencimento pode ser assim apresentada:

	2025	2024
A vencer	16.841	13.965
Vencidos até 30 dias	884	426
Vencidos de 31 a 60 dias	8	51
Vencidos de 61 a 90 dias	15	113
Vencidos de 91 a 180 dias	149	34
Vencidos de 181 a 360 dias	66	-
Vencidos acima de 361 dias	168	327
	18.131	14.916

 A movimentação da provisão para perdas esperada de clientes pode ser assim apresentada:

	2025	2024
Saldo inicial	327	96
(-) Reversões	(159)	(34)
(-) Perdas realizadas	(5)	-
(+) Complementos	-	265
Saldo final	163	327

 A Companhia tem como procedimento rever os recebíveis vencidos analisando caso a caso a constituição de provisão. Não temos indícios de maus pagadores, ou clientes que possuem um histórico ruim. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, homologou em 12/07/2021 o Plano de Recuperação Judicial das partes relacionadas à Companhia, Estre Ambiental S/A, CTR Itaboraí Ltda. e Resicontrol Soluções Ambientais S/A. Ficou determinado que o crédito girográfico junto à Companhia no valor original de R\$341 deverá ser pago da seguinte forma: (a) pagamento linear no valor de R\$2 até 30 dias da data da homologação; (b) após pagamento linear o saldo sofrerá um deságio de 50% e será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas; (c) serão acrescidas correções monetárias aos valores devidos conforme TR incidentes desde a data da homologação. **11. Aplicações financeiras vinculadas:** A aplicação existente junto a QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO para atendimento às condições conforme Cláusula de Garantia nº 6.1.3 do Instrumento Particular de Escritura das Debêntures e Contrato de Cessão Fiduciária, às quais a Companhia deveria manter em conta vinculada até a data da liquidação integral das debêntures, que ocorreria em 01/10/2025 para as debêntures de primeira série (ATAM11) e em 15/10/2026 para as debêntures de segunda série (ATAM21), passou a ser desobrigada com a quitação das debêntures de primeira série e recompra das debêntures de segunda série, conforme previamente aprovado na Assembleia Geral de Debenturistas realizada no dia 03 de outubro de 2024 e confirmado pelo Termo de Liberação de Garantias a Companhia de 04 de outubro de 2024. Portanto em outubro/2024 a Companhia optou pelo resgate do total da aplicação junto QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO. A Companhia efetuou a recompra da totalidade das debêntures de segunda série em 18 de setembro de 2024, pelo montante de R\$16.060, com intermédio do Banco BTG Pactual S/A, instituição que mantem o controle dos títulos até seus vencimentos em 15 de outubro de 2026. (Nota 20). As características do título e da operação junto ao Banco BTG é a que segue:

Características dos Títulos			
Título	Emissor	Data da Emissão	Vencimento
DEB - ATAM21	Attend Ambiental S.A.	01/10/2019	15/10/2026
Características da Operação			
Tipo de Operação	Qtde.	Preço Unitário	Valor Total
Compra	2.050,00	7.834,16	16.060.033,03
			100,00% IPCA
			7,21390% a.a.
			0,00
			0,00
			16.060.033,03

 A movimentação dessa operação pode ser assim representada:

	2025	2024
Saldo inicial	13.511	-
(+) Aplicação	-	16.060
(-) Resgate	(6.136)	(2.866)
(+) Rendimento líquido	1.339	317
Saldo final	8.714	13.511

 A movimentação total das aplicações vinculadas pode ser assim representada:

	2025	2024
Saldo inicial	13.860	5.229
(+) Aplicação	-	16.060
(-) Resgate	(6.136)	(8.089)
(+) Rendimento líquido	1.381	660
Saldo final	9.105	13.860
Circulante	8.714	5.201
Não circulante	391	8.659

12. Depósitos e caucões:

	2025	2024
Depósitos judiciais	646	623
	646	623

 A Companhia efetuou esses depósitos judiciais devido à inclusão no polo passivo de processos trabalhistas por compor o Grupo empresarial com a Estre Ambiental S/A. **13. Direito de uso:** A Companhia adotou a transição da norma CPC 06 (R2), reconhecendo um ativo de direito de uso desde 1º de janeiro de 2019. O reconhecimento deu-se de forma retrospectiva modificada, em que não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos.

	Taxa anual de amortização %	Custo de aquisição	Amortização acumulada	2025	2024
Direito de uso					
- Terreno	4	7.662	(1.910)	5.752	5.732
		7.662	(1.910)	5.752	5.732

 A movimentação do direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	2024	Adições	Baixas	2025
Direito de uso				
Terreno	7.313	349	-	7.662
Total	7.313	349	-	7.662
Amortização acumulada				
Terreno	(1.581)	(329)	-	(1.910)
Total	(1.581)	(329)	-	(1.910)
Direito de uso líquido	5.732	20	-	5.752

 A movimentação do direito de uso no período findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

	2023	Adições	Baixas	2024
Direito de uso				
Terreno	7.331	-	(18)	7.313
Total	7.331	-	(18)	7.313
Amortização acumulada				
Terreno	(1.276)	(305)	-	(1.581)
Total	(1.276)	(305)	-	(1.581)
Direito de uso líquido	6.055	(305)	(18)	5.732

14. Imobilizado:

	Taxa anual de deprec.	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	2025	2024
Máquinas e equipamentos	10	8.786	(3.712)	5.074	4.661
Computadores e periféricos	20	621	(431)	190	135
Móveis e utensílios	10	1.112	(651)	461	371
Veículos	33%	89	(54)	35	42
Instalações	10	2.865	(1.028)	1.837	1.070
Instalação de fábrica	10	77	(66)	11	18
Ferramentas	10	102	(17)	85	22
Aparelhos e acessórios	10	90	(17)	73	46
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	82.132	(38.629)	43.503	41.242
Construção em andamento	-	-	-	-	663
		95.874	(44.605)	51.269	48.270

 A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	2024	Adições	Baixas	Transferências	2025
Máquinas e equipamentos	7.772	1.083	(204)	135	8.786
Computadores e periféricos	559	104	(42)	-	621
Móveis e utensílios	929	183	-	-	1.112
Veículos	89	-	-	-	89
Instalações	1.892	973	-	-	2.865
Instalações Fábrica	77	-	-	-	77
Ferramentas	32	70	-	-	102
Aparelhos e acessórios	55	35	-	-	90
Benfeitorias em imóveis de terceiros	76.864	4.740	-	528	82.132
Construção em andamento	663	-	-	(663)	-
Total	88.932	7.188	(246)	-	95.874
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos	(3.111)	(777)	176	-	(3.712)
Computadores e periféricos	(424)	(48)	42	-	(430)
Móveis e utensílios	(558)	(94)	-	-	(652)
Veículos	(47)	(6)	-	-	(53)
Instalações	(822)	(206)	-	-	(1.028)
Instalação Fábrica	(59)	(8)	-	-	(67)
Ferramentas	(10)	(7)	-	-	(17)
Aparelhos e acessórios	(9)	(8)	-	-	(17)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(35.622)	(3.007)	-	-	(38.629)
Total	(40.662)	(4.161)	218	-	(44.605)
Total Imobilizado líquido	48.270	3.027	(28)	-	51.269

 A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Máquinas e equipamentos	6.649	441	(9)	691	7.772
Computadores e periféricos	489	72	(2)	-	559
Móveis e utensílios	878	62	(11)	-	929
Veículos	89	-	-	-	89
Instalações	1.544	348	-	-	1.892
Instalações Fábrica	77	-	-	-	77
Ferramentas	19	13	-	-	32
Aparelhos e acessórios	13	42	-	-	55
Benfeitorias em imóveis de terceiros	75.084	1.780	-	-	76.864
Construção em andamento	284	1.070	-	(691)	663
Total	85.126	3.828	(22)	-	88.932
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos	(2.429)	(688)	6	-	(3.111)
Computadores e periféricos	(392)	(35)	3	-	(424)
Móveis e utensílios	(476)	(87)	5	-	(558)
Veículos	(29)	(18)	-	-	(47)
Instalações	(651)	(171)	-	-	(822)
Instalação Fábrica	(51)	(8)	-	-	(59)
Ferramentas	(7)	(3)	-	-	(10)
Aparelhos e acessórios	(7)	(2)	-	-	(9)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(32.696)	(2.926)	-	-	(35.622)
Total	(36.738)	(3.938)	14	-	(40.662)
Total Imobilizado líquido	48.388	(110)	(8)	-	48.270

 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não havia ativos imobilizados dados em garantias de dívidas. **15. Fornecedores:**

	2025	2024
Fornecedores	1.980	569
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 16)	1.256	1.294
	3.236	1.863

 Os saldos de fornecedores estão relacionados com a compra de materiais e serviços necessários à atividade operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	3.236	3.236
Fornecedores	7.148	7.148
Arrendamento	8.673	8.673
Debêntures	19.057	19.057

28. Seguros: A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que

Attend Ambiental S.A.

a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros em suas operações.

Natureza	R\$
Responsabilidade ambiental	30.000
Responsabilidade civil	10.000
Predial	35.515

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

Diretoria		
Ricardo Pelucio	Henrique Sales Cunha Gaspari	Regiane Di Luoffo Oliveira
José Marcelo dos Reis - Contador - CRC-1SP290009/O-8		

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Attend Ambiental S.A.**, Barueri – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Attend Ambiental S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Existência e reconhecimento de receitas de serviços de tratamentos de efluentes industriais:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou receitas líquidas de R\$110.664 mil (R\$89.614 mil em 2024). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que as receitas sejam reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As receitas da Companhia são oriundas predominantemente da prestação de serviços de tratamento de efluentes líquidos industriais. O reconhecimento contábil se dá quando o serviço é prestado ao cliente, ou seja, quando os efluentes líquidos são efetivamente tratados. Devido à relevância dos valores envolvidos, a natureza e a extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto, incluindo o grau de conhecimento necessário para aplicar procedimentos de auditoria e avaliar os resultados desses procedimentos, consideramos a existência e reconhecimento de receitas de serviços de tratamento de efluentes industriais como um principal assunto de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Entendimento com responsáveis da administração acerca dos principais critérios envolvidos no reconhecimento de receitas de serviços de limpeza de efluentes líquidos; (ii) Avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) Validação da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) Reconciliação entre controle analítico de faturamento do departamento financeiro e os registros contábeis para o exercício; (v) Aplicação da estratégia de auditoria digital, cuja base de análise compreendia todos os lançamentos contábeis registrados no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e o relatório analítico de contas a receber dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, para a comparabilidade entre eles; (vi) Com base nos dados citados no item (v) acima, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria para confirmar a existência, valorização, competência de exercício (período correto) dos registros contábeis e apresentação dos saldos nas demonstrações financeiras, respectivamente: (a) Correlação entre a receita, contas a receber e recebimentos com foco na validação da natureza e origem dos saldos contabilizados nessas rubricas; (b) Seleção, em base amostral, de notas fiscais para a realização dos seguintes procedimentos de auditoria: validação do volume faturado e do preço praticado conforme os respectivos termos contratuais; recebimento subsequente da nota fiscal ou evidência do serviço prestado com base nos controles de aferição de peso de entrada e saída dos caminhões de transporte de efluentes líquidos na portaria; (c) Seleção amostral, das notas fiscais de prestação de serviços de tratamento de efluentes emitidas nos últimos dias do exercício de 2025 e nos primeiros dias do ano de 2026, e realizamos confronto dessas notas fiscais com os relatórios de descartes emitido pela área operacional, além da verificação das informações para concluir se as transações foram reconhecidas no período contábil correto; e, (d) Análise da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas de serviços de tratamentos de efluentes industriais, que está consistente com a avaliação da Administração,

consideramos que os critérios e premissas usados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia na nota explicativa 23. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento o das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 11 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes
CRC SP-027623/F
Marcos Roberto Spionchiano - Contador
CRC SP-175536/O

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal